

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VIVIANE DA SILVA SANTOS

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO COM
PARALISIA CEREBRAL NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.**

Penedo/AL
2020

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VIVIANE DA SILVA SANTOS

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora do Curso de Graduação em Pedagogia, da Faculdade Raimundo Marinho, como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura.

Prof^a. Orientadora Esp.: Gleide Selma Ferreira Lima.

Penedo/AL
2020

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VIVIANE DA SILVA SANTOS

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora do Curso de Graduação em Pedagogia, da Faculdade Raimundo Marinho, como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura.

Prof^a. Orientadora Esp.: Gleide Selma Ferreira Lima.

Penedo/AL, 10 de Fevereiro de 2021.

Aprovação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Esp. Gleide Selma Ferreira Lima – Orientadora

Prof^a. Esp. Rafaelle Higino de Lemos – Avaliadora

Prof^a. Ma. Thayná Dantas de Omena – Avaliadora

Dedico esse trabalho de conclusão de curso aos meus amados filhos, Maria Eduarda Felix da silva e João Gabriel Felix da Silva, por eles que me engajei em busca de vários conhecimentos e aprendizados, para assim, exercer essa belíssima profissão na área da inclusão e ser o diferencial na vida dos discentes com deficiência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meu enorme agradecimento a Deus por me fortalecer, por me conceder sabedoria, fé e dedicação para finalizar minha graduação, diante de várias dificuldades encontrada no mundo acadêmico. Sem a Sua presença a todo momento em minha vida, não teria chegado a realização desse tão sonhado final de curso.

Agradeço aos meus tesouros, meus filhos, Maria Eduarda e João Gabriel, que por várias e várias noites ficaram sozinhos em casa, minha filha assumindo o papel de mãe, enquanto eu buscava aperfeiçoar meus conhecimentos para me tornar uma profissional diferenciada. Tudo foi sempre por eles dois, por acreditarem e me ajudarem na concretização desse sonho, que também é nosso.

Agradeço aos meus pais por me apoiarem, por estarem em vigília aos meus filhos no período enquanto eu estava em aula, todas as noites, durante essa trajetória.

Minha irmã, Ranyele, que por muitas noites foi minha motorista, saindo do seu conforto para ir me levar e buscar na faculdade, o meu muito obrigada pela colaboração, paciência e cuidado, à você toda minha gratidão.

Não poderia deixar de agradecer a Edite, psicopedagoga do meu filho, por todo apoio, incentivo, carinho e muitas dicas sobre a área da inclusão.

Agradeço a minha dupla de estágio e amiga que a faculdade me deu, Marta Janice Nascimento Oliveira, pelo comprometimento em nossos estágios, pela força, união, amor, colaboração, dedicação, são inúmeros agradecimentos a você. Seremos da faculdade para a vida. Sou grata por tudo que vivenciamos nessa nossa caminhada árdua, que não foi nada fácil, mas conseguimos. Minha eterna gratidão minha dupla.

Agradeço a todas as minhas colegas de sala pelo compartilhamento de conhecimentos e aprendizagens, principalmente as minhas amigas Marta, Darlene e Tássia, o nosso quarteto. Ao “Nosso Grupinho”, Alícia, Aline, Gerciane, Josilene, Márcia e Sabryna, que compartilhamos de várias experiências, companheirismo,

ajudando umas às outras nas dificuldades encontradas para que todas chegassem ao final com êxito, meu muito obrigada.

A todos os professores, agradeço por toda dedicação, por serem amigos, cada um, de maneira ímpar, consegui conquistar a minha admiração. Não poderia deixar de agradecer as minhas ex-professoras Márcia Brito Nery Alves e Deiseane Louise por toda dedicação com a nossa turma, em especial Márcia que lutou junto com a minha turma por uma causa justa, ficando marcada na história da faculdade.

Ao mestre Jonas Lima “o nosso coração de batatinha”, todo meu carinho e sinceros agradecimentos por tudo, que cheio de suas experiências de vida nos encheu de conhecimentos e foi o responsável e criador do nome da minha turma, “turma 100% + 1”, a turma que ficará na história da faculdade.

Agradeço a professora Maria Lúcia Pereira Silva Lima por ser essa pessoa cheia de luz, calma, um ser humano incrível, que por muitas vezes, diante de minhas preocupações e dificuldades para a construção do meu Projeto de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso, ela não hesitava em me ajudar, muitas vezes abrindo mão de seus afazeres diários, sempre cedendo seu tempo quase que de imediato para sanar minhas dúvidas, aflições e desesperos para com este trabalho que escrevo agora. Sem suas orientações não teria conseguido. Para ela, tiro meu chapéu e sou grata por tudo.

A minha orientadora mestre, Gleide Selma Ferreira Lima, agradeço pela contribuição, por acreditar na minha causa e fazer com que se concretizasse.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, participaram com suas contribuições para finalização do meu trabalho de conclusão de curso, a vocês meus agradecimentos por tudo.

É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos. MARCHESI (apud MARTINS; TOLEDO, 2004, p. 4)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo, um aluno diagnosticado com paralisia cerebral, do 6º ano do Colégio Nossa Senhora de Fátima, com vistas à investigação das práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais acadêmicos em prol do processo de desenvolvimento educacional do mesmo. Nesse sentido, este estudo objetiva identificar se os docentes realizam um planejamento adaptado que atenda as particularidades do aluno em questão. Para um melhor embasamento, a fundamentação teórica foi estruturada utilizando os pilares propostos nas obras de Vygotsky (1997), Glat (2007), Martins (2006), Costa (2006), entre outros, Legislação e Diretrizes da Educação Especial. A metodologia utilizada teve como base a pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso no Colégio Nossa Senhora de Fátima por meio de aplicação de questionários para os professores regentes e professor auxiliar. Por meio de informações adquiridas, entende-se que a pesquisa nos direciona para uma análise do desenvolvimento educacional do aluno com deficiência no ensino regular, que é uma necessidade fundamental na atualidade, mas para que isso ocorra, é necessário que o sistema educacional passe por vários ajustes, buscando uma qualidade no ensino destinado a esse público, disponibilizando materiais didáticos pedagógicos, professores capacitados com um maior comprometimento no processo de aprendizagem e que de fato cumpra com as Diretrizes Curriculares da Educação Especial de forma a realizar uma educação verdadeiramente inclusiva para todos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Inclusão. Paralisia Cerebral.

ABSTRACT

The present study has as object of study, a student diagnosed with cerebral palsy, from the 6th year of Colégio Nossa Senhora de Fátima, with a view to investigating the pedagogical practices used by academic professionals in favor of the educational development process of the same. Thus, it was sought in this study to identify whether the teachers carry out an adapted planning that meets the particularities of the student in question. For a better basis, the theoretical foundation was structured using the pillars proposed in the works of Vygotsky (1997), Glat (2007), Martins (2006), Costa (2006), among others, Legislation and Education Guidelines Special. The methodology used was based on bibliographic, documentary and case study research at Colégio Nossa Senhora de Fátima through the application of questionnaires for the conducting teachers and auxiliary professor. Through acquired information, it is understood that the research directs us to an analysis of the educational development of students with disabilities in regular education, which is a fundamental need today, but for this to occur, it is necessary that the educational system undergoes several adjustments, seeking a quality in teaching aimed at this audience, providing pedagogical didactic materials, trained teachers with a greater commitment in the learning process and that in fact complies with the Special Education Curriculum Guidelines in order to achieve a truly inclusive education for all .

Keywords: Development. Inclusion. Cerebral Palsy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Sistema de Classificação da Função Motora Grossa.....	19
Figura 02	Foto de atividade em sala.....	30
Figura 03	Foto de atividade em sala.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Referente à especialização dos professores.....	38
Gráfico 02	Corresponde à preparação dos professores.....	40
Gráfico 03	Relativo à prática pedagógica.....	41
Gráfico 04	Referente à adequação do espaço físico.....	41
Gráfico 05	Relativo ao material didático pedagógico.....	42
Gráfico 06	Referente à utilização de recursos didáticos pedagógicos.....	43
Gráfico 07	Relativo ao comportamento de rejeição.....	43
Gráfico 08	Referente à interação dos alunos.....	44
Gráfico 09	Relativo ao planejamento educacional.....	48

LISTA DE TABELA

Tabela 01	Questionário do professor auxiliar.....	49
-----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
CEE – Conselho Estadual de Educação
CF – Constituição Federal
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DOE – Diário Oficial do Estado
LBI – Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LTDA – Limitada
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NEE – Necessidades Educativas Especiais
PC – Paralisia Cerebral
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
SEE – Secretaria Estadual de Educação
SEDUC – Secretaria de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	16
2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	16
2.2 CONCEITUANDO A PARALISIA CEREBRAL.....	18
2.3 BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	19
2.4 O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA VISÃO DE VYGOTSKY	23
3. EDUCAÇÃO PARA TODOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	26
3.1 CURRÍCULO ESCOLAR E O PLANO DE AULA	26
3.2 FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL	27
3.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE	31
4. ESTUDO DE CASO SOBRE O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	34
4.1.1 Análise da prática pedagógica realizada por meio da entrevista com os professores.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
6. REFERÊNCIAS	54
7. APÊNDICES.....	56
7.1 APÊNDICE A	57
AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO DE ESTÁGIO.....	57
7.2 APÊNDICE B	58
QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES REGENTES	58
7.3 APÊNDICE C	62
QUESTIONÁRIO COM PROFESSOR AUXILIAR	62

1. INTRODUÇÃO

O estudo se deu em torno do processo de desenvolvimento educacional do aluno com paralisia cerebral, que é uma temática com diversas barreiras na Educação Especial, contudo, se houver o comprometimento dos profissionais acadêmicos, conseguem proporcionar um desenvolvimento igualitário, levando ao amadurecimento de todos a sua volta, pois a escola terá que ir a busca de soluções constantemente. Incluir é antes de tudo, oferecer condições de participação educacional, social e no exercício da cidadania.

Para solucionar o problema em relação ao desenvolvimento educacional do aluno com paralisia cerebral, faz-se necessário que os professores regentes estejam inseridos em cursos de formação continuada, periodicamente, para melhorar suas práticas pedagógicas e atender as especificidades do aluno, de forma singular e de fato inclusiva.

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o processo de desenvolvimento da aprendizagem educacional do aluno com paralisia cerebral, junto aos métodos de inclusão para com o referido aluno. Averiguando-se a prática pedagógica do professor ao se relacionar com o aluno deficiente, visando o bem estar dele juntamente com uma aprendizagem adequada dentro do espaço educacional, respeitando seus limites e ao mesmo tempo procurando inovar e adaptar seus métodos de ensino, explorando assim sua capacidade e garantindo um entendimento considerado preciso e fixo para o aluno.

A justificativa desse estudo foi enfatizar a importância do processo de desenvolvimento educacional do discente com paralisia cerebral. Ao pensar nesse processo de desenvolvimento de inclusão, precisa-se repensar as práticas pedagógicas, o professor tem que trabalhar com diversos materiais pedagógicos incluindo o aluno no ambiente escolar.

Incluir o aluno com deficiência na escola é, atualmente, um dos maiores desafios educacionais. Neste contexto, há necessidade de desenvolver um ambiente inclusivo, tanto na estrutura, visando sempre a acessibilidade, como adaptações de equipamentos e apetrechos de uso, para que favoreça o lado emocional do aluno integrado, podendo esse se sentir como qualquer outro aluno que não possua nenhuma necessidade educativa especial, trazendo um conforto e uma estabilidade

para esse aluno com PC, e conseqüentemente, levando-o a uma melhor aprendizagem, socialização e habitação escolar.

A metodologia utilizada foi através de pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso, que o instrumento para coletas de dados qualitativos foi através de questionário semiestruturado, direcionado aos professores da classe e a professora auxiliar do 6º ano do Colégio Nossa Senhora de Fátima. Vale ressaltar, que estudo de caso, segundo Yin (2015, p. 19), “é como uma estratégia de pesquisa que responde às perguntas “como” e “por que” e que foca em contextos da vida real de casos atuais.” Sendo assim, torna-se favorável para o pesquisador quando o mesmo não tem muito conhecimento do objeto de estudo.

Para facilitar uma melhor compreensão da leitura, o estudo foi dividido em 3 seções. A primeira aborda sobre a Educação Inclusiva no Brasil, apresentando em seus subtópicos um breve contexto histórico sobre a luta das pessoas com deficiência em conquistar o seu espaço; conceituando a paralisia cerebral; a base legal da educação especial e sobre o desenvolvimento cognitivo na visão de Vygotsky.

Na segunda seção explana sobre a Educação para todos, possibilidades e desafios, trazendo sobre a questão do currículo escolar e o plano de aula; formação dos docentes para educação especial e o atendimento educacional especializado.

Já na terceira seção, aborda o estudo de caso sobre o desenvolvimento educacional do aluno com paralisia cerebral, onde o objeto de estudo foi um aluno do 6º ano, com 12 anos de idade, diagnosticado com paralisia cerebral. Trazendo em seus subtópicos a caracterização da escola e a análise da prática pedagógica realizada por meio da entrevista com os professores regentes e professor auxiliar.

Em síntese esse estudo mostra que o processo de desenvolvimento educacional do aluno com paralisia cerebral deve ser amplamente refletido no ambiente escolar, pois o seu sucesso depende da metodologia do professor. Dessa forma, através de uma prática pedagógica inovadora e adequada a realidade do aluno, pode-se efetivar a aprendizagem do aluno com PC, respeitando os seus limites e desafios.

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

No início da história, as pessoas com deficiências eram consideradas inválidas, quando tinha alguma deficiência era tido como inútil, um fardo para família. Também foram chamados de incapazes, para a sociedade eles não tinham capacidade de realizar determinada atividade por conta da deficiência. Ao longo do tempo, passaram a ser chamados de defeituosos, se tivessem alguma deformidade física ou excepcionais, se fosse com deficiência intelectual.

Depois de muitas lutas, através de vários eventos liderados por organizações de pessoas com deficiência, foi preconizado o termo pessoas com deficiência.

No Brasil, a inserção na escola comum de alunos com deficiência já ocorre desde o final do ano de 1970, pelo menos na rede pública de ensino. Conforme Glat (2007, p. 24):

esse processo de inserção, nas décadas de 70 e 80 não teve êxito em grande parte, porque a modalidade era conhecida como integração e exigia que o aluno, geralmente, proveniente da escola ou da classe especial que chegava numa turma comum, com uma grande defasagem de desenvolvimento de conhecimentos acadêmicos, além de todas as dificuldades inerentes à sua própria condição, ele tinha que se adaptar à rotina da sala de aula, aos métodos de ensino, ao currículo da escola, que não sofria nenhuma adaptação para acolher esse aluno, a grande maioria não conseguia acompanhar as turmas.

Comparando-se a esse cenário, no início do ano de 1990, em meio aos grandes movimentos em prol dos direitos sociais das minorias, ocorreu uma série de conferências internacionais, visando à ampliação do acesso e da qualidade da educação para todas as pessoas, gerando a proposta que hoje é conhecida como educação inclusiva ou educação para todos.

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e

aspirações de suas crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3)

Fazendo uma comparação com o modelo anterior, na educação inclusiva não é mais o aluno que tem que se adaptar à escola, mas sim a escola que tem que se adequar ao aluno, para garantir o acesso e a permanência, ou seja, a participação em todas as atividades, e mais importante, a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas condições socioculturais, econômicas, linguísticas.

Atualmente o Brasil possui políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, estabelecida em todas as esferas federal, estadual e municipal, garantindo a todos os alunos o ingresso no ensino regular em uma turma semelhante à sua faixa etária, e para que ele possa progredir no seu processo de aprendizagem e escolarização, a escola deve oferecer uma quantidade de suportes e recursos especializados de diferentes modalidades, bem como capacitar seus professores para que sejam capazes de traçar estratégias pedagógicas e curriculares diferenciadas que atendam às necessidades específicas de todos os alunos. Conforme a Declaração de Salamanca, (1994, p. 10):

treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.

Ressalta-se que, a Educação Inclusiva é um processo em construção, não tem regulamento pré-determinado, precisa ser customizado para cada escola, para cada turma, para cada aluno, constantemente avaliado e revisado. É uma política muito difícil para ser desenvolvida no cotidiano escolar, justamente porque vai contra a concepção, ainda predominante, de escola que é homogeneizadora; como, existe uma contradição entre pegar uma escola aberta à diversidade e avaliar a escola com

base em exames padronizados nacionais, por isso que se diz que, mais do que uma proposta educacional nova, a educação inclusiva representa **cultura escolar nova**.

2.2 CONCEITUANDO A PARALISIA CEREBRAL

A paralisia cerebral ou PC, como é conhecida, trata-se de um conjunto de desordens permanentes, podendo afetar o movimento, postura, fala, coordenação motora, dificuldade com a deglutição, também pode afetar um ou mais dos cinco principais sentidos, causando limitações nas atividades. A PC não necessariamente se enquadra em um padrão de diagnósticos, pois algumas pessoas que possuem esta deficiência são capazes de andar, e outras não. Em alguns casos, pode estar presente a Epilepsia, devido à lesão cerebral que acontece na hora do parto ou até alguns anos após o nascimento. A paralisia cerebral não é uma doença, e sim, uma condição permanente sem progressão, onde a parte lesionada do cérebro não piora ao passar do tempo, mas as alterações motoras acompanham a criança por toda a vida, podendo ter uma melhora devido a tratamentos terapêuticos e medicações, ou uma piora devido à falta dos mesmos. Bobath (1979, p.11, apud DANTAS, 2010, p. 229-236), definiu a Paralisia Cerebral como sendo:

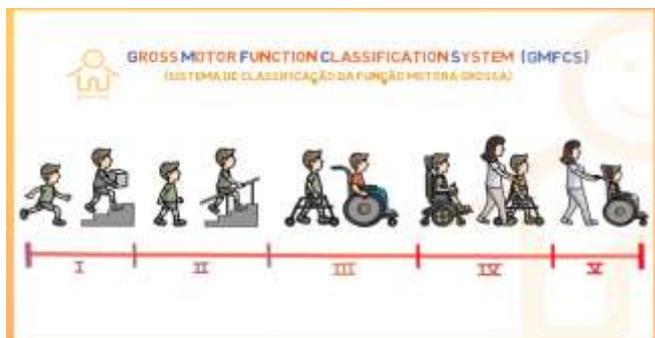
[...] resultado de uma lesão ou mau desenvolvimento do cérebro, de caráter não progressivo, e existindo desde a infância. A deficiência motora se expressa em padrões anormais de postura e movimentos, associados com um tônus postural anormal. A lesão que atinge o cérebro quando ainda é imaturo interfere com o desenvolvimento motor normal da criança.

A lesão cerebral afeta alguns movimentos do corpo, podendo a criança apresentar espasticidade, hipotonia, coreotetóide, comprometendo braços e pernas. Ela pode ser unilateral, afetando apenas um lado do corpo ou bilateral, afetando os dois lados.

Em relação a severidade da paralisia cerebral, pode-se encontrar crianças com autonomia para realizar as atividades do cotidiano, que podem andar a até correr, tocar a cadeira de rodas, mas apresenta alguma dificuldade no equilíbrio ou na coordenação. Outras, podem apresentar muita dificuldade em manter a postura e com isso precisam de um auxiliar para guiar a cadeira e na realização de suas atividades diárias. O Sistema de Classificação da Função Motora Grossa demonstra

os cinco níveis de classificação da paralisia cerebral quanto à intensidade das dificuldades no movimento.

Figura 01. Sistema de Classificação da Função Motora Grossa.



Disponível em: <https://nossacasa.org.br/gmfcs/>

A criança com PC necessitará de um acompanhamento para sua vida inteira, como se trata de uma condição e não de uma doença, não há cura, mas existem tratamentos para uma melhor qualidade de vida.

Uma equipe multidisciplinar, envolvendo fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, psicopedagogo, juntamente com a família, podem promover o desenvolvimento global da criança com PC, planejando estratégias, envolvendo sociedade, profissionais da educação e famílias, para o aperfeiçoamento da sua qualidade de vida e buscar sua máxima autonomia dentro de sua condição. Deve-se focar na capacidade da criança, buscar o seu potencial e não na limitação.

2.3 BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Estatuto da pessoa com deficiência abre um novo paradigma no país. Em seu contexto, fala que a sociedade necessitará se preparar para receber e saber trabalhar com uma pessoa com deficiência, sendo assim inadmissível que seja feito e/ou solicitado o contrário, que a pessoa com **deficiência** tenha que se adequar aos parâmetros de vida de uma pessoa com capacidades físicas e cognitivas normais.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

De acordo com a Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, nº 13.146 de Julho de 2015, as escolas a partir de 2016 não poderiam mais negar a matrícula de alunos com deficiência, pois as atribuições educacionais precisavam adequar o sistema educacional para um sistema inclusivo. A escola não passaria apenas pelas mudanças estruturais e arquitetônicas, ela seria muito mais de caráter pedagógico, visando um ensino inclusivo. Então, desde já as escolas deverão, por lei, oferecer ao aluno com deficiência um aparato, como profissionais de apoio, sala de recurso, material adaptado e práticas educacionais inclusivas.

As escolas particulares sobre nenhuma circunstância pode cobrar taxas extras sobre a mensalidade e matrículas dos alunos com deficiência.

As instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações. (BRASIL, 2015)

Visando o parágrafo 1º, do Art. 28, da Lei 13.146/2015, todas as instituições particulares devem oferecer ensino inclusivo de qualidade, aspirando sempre aprimorar suas práticas de ensino ao passar do tempo, lembrando sempre de respeitar a individualidade da condição dos alunos com deficiência, também podendo arrecadar instruções de familiares para obter mais facilidade e desenvoltura com sentido a lidar de forma segura e estável com a criança.

O profissional que se deparar com o desafio diário que é encarar uma situação onde precise conduzir o ensino de uma pessoa com PC, deve imediatamente fugir de sua zona de conforto, buscando se aprimorar e adaptar suas técnicas e práticas de ensino, buscando formações, tentando adquirir mais conhecimento, mantendo contato constante com familiares e os demais profissionais que tenham algum tipo de acompanhamento com aquela criança, podendo ter um amparo de um profissional de apoio escolar, que juntamente com as atividades citadas anteriormente devem ser oferecidas sem cobrança de taxa adicional na mensalidade.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB, nº 9.394/1996 em seu Art. 58, define Educação Especial como:

entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996)

Porém, precisa-se entender que não é um sistema paralelo, ela deixa de ser um sistema paralelo para ser uma categoria que assimila todos os graus da educação, tendo o Atendimento Educacional Especializado que é a questão principal na Educação Especial, desde a educação infantil até o ensino superior sempre acrescentando e colaborando para com a formação do educando com NEE.

Quando se fala que a modalidade da Educação Especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, esse termo “preferencialmente” é muito criticado, na verdade esse termo deveria ser revisto e/ou subtraído da redação da lei, uma vez que, tem um aluno matriculado na escola que possui uma determinada deficiência, automaticamente a escola tem que fornecer o Atendimento Educacional Especializado para esse aluno, então esse “preferencialmente” aparenta uma situação que compromete a Lei e o legislador, como se o legislador não tivesse se comprometido 100% em garantir o Atendimento Educacional Especializado, e ficou um pouco confuso, porque na verdade não tem que ser preferencialmente, é obrigatório que exista a Educação Especial na rede regular de ensino, não apenas como Educação Especial mas como Atendimento Educacional Especializado.

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3)

Desde os anos 90, iniciaram-se alguns movimentos, o movimento mundial pela Educação Inclusiva, unindo várias ações de várias naturezas, no âmbito pedagógico, se é preciso inclusão, uma sociedade mais justa, uma sociedade que respeite as pessoas com deficiência, precisando também que o âmbito pedagógico, dentro das escolas, do ambiente educacional curricular promova ações. Mas foi na Declaração de Salamanca que se encontrou o movimento de inclusão da pessoa

com “necessidades especiais” que tomou corpo e provocando importantes discussões.

Também teve a democratização das escolas, onde ocorreram várias matrículas de alunos com deficiência, mas na verdade não houve a “inclusão”. Verificou-se uma contradição inclusão/exclusão, pois no dia a dia no processo de ensino aprendizagem o aluno não teve o atendimento adequado que realmente efetivasse a inclusão, o máximo que ocorreu foi um processo de integração, ou seja, integraram o aluno à rede regular comum de educação, mas não ofereceram a oportunidade de desenvolvimento real. A inclusão vai além da integração, porque a inclusão se refere ao desenvolvimento do aluno. Incluir não é apenas colocar junto, mas oferecer todo o suporte fundamental para o aluno se desenvolver, no sentido de que ele também tenha a sua vida escolar positivamente construída.

Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (MEC-SEESP, 1998, apud GLAT, 2005, p. 4-5)

Uma vez que, a escola não esteja preparada para incluir o aluno, mesmo que sua matrícula seja efetivada, a ele não será oferecido condições justas para um desenvolvimento pleno, nem as oportunidades adequadas. Então percebe-se um processo de exclusão desse aluno. Os sistemas educacionais ainda excluem alunos considerados fora dos padrões da escola.

Na Constituição Federal de 1988, no Art. 205, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998)

Na CF, 1988, foi preconizado a oferta de ensino para todos. A inclusão já não era mais uma questão de conveniência ou não, a inclusão era obrigatória. Então, aquele “preferencialmente”, que está no caput do Art. 58, da LDB, acaba sendo um termo que vai de encontro aos fundamentos do artigo 205 da CF 1988, onde fala que a educação é um direitos de todos.

Ainda na Constituição Federal de 1998, em seu Art. 208, define no Inciso III, que é dever do Estado fornecer “o Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1998). É importante que todas as escolas tenham profissional especializado e capacitado para o atendimento educacional especializado, pois os alunos que apresentam necessidades educativas especiais requerem atenção individualizada em suas atividades de vida diária, na autonomia e no meio social. Mas é tão importante também que os professores por disciplinas, apesar de não serem especializados, é necessário que tenham conhecimentos especializados, que sejam capacitados para integrar os educandos nas classes comuns. Para que num momento de uma aula, também dar atenção adequada, elaborar estratégias para que o outro aluno com deficiência possa acompanhar as aulas. Todos os profissionais devem receber formação continuada nesse sentido.

2.4 O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA VISÃO DE VYGOTSKY

Conforme Vygotsky, o desenvolvimento do aluno com deficiência se dá através da interação com o meio sociocultural. A deficiência não é um impedimento para o desenvolvimento do aluno, o que poderia representar esse impedimento seriam as intervenções definidas, a maneira de lidar com o aluno, restrições impostas pelo meio social, impedindo o crescimento do educando com deficiência.

Conforme Vigotsky (apud COSTA, 2006, p. 4):

o efeito do déficit/defeito na personalidade e na constituição psicológica da criança é secundário porque as crianças não sentem diretamente seu estado de handicap. As causas primárias, a sua dita forma especial de desenvolvimento são as limitadas restrições colocadas na criança pela sociedade. É a realização sociopsicológica das possibilidades da criança que decide o destino da personalidade, não o déficit em si.

Pode-se dizer que, o que possibilita o desenvolvimento do aluno com deficiência são as estratégias oferecidas, os recursos utilizados pelo professor, para uma boa evolução do cognitivo do aluno em sala de aula.

Propõe-se um olhar examinador para observar as limitações desses alunos, não se deve ter um olhar compadecido, mas sim, ter uma visão da realidade e

buscar possibilidades para solucionar os problemas para um melhor crescimento. De acordo com Vygotsky (apud COSTA, 2006, p. 2):

um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo. Assim, o resultado de um defeito é invariavelmente duplo e contraditório. Por um lado, ele enfraquece o organismo, mina suas atividades e age como uma força negativa. Por outro lado, precisamente porque torna a atividade do organismo difícil, o defeito age como um incentivo para aumentar o desenvolvimento de outras funções no organismo; ele ativa, desperta o organismo para redobrar atividades, que compensará o defeito e superará a dificuldade. Esta é uma lei geral, igualmente aplicável à biologia e à psicologia de um organismo: o caráter negativo de um defeito age como um estímulo para o aumento do desenvolvimento e da atividade.

Nessa percepção, devem-se criar métodos adaptados na intenção de vencer os impedimentos que encontrar. O organismo possui essa adaptação de superação, mas é necessário para o desenvolvimento, a interação com o meio, com fatores externos e internos. Portanto, o aluno que apresenta problemas motores, que tenha dificuldade na escrita, é preparado material adaptado, como engrossador de lápis, uso do computador, entre outros, para estimular o desenvolvimento e superar as dificuldades. Não se pode esquecer que, um dos objetivos da educação é promover o desenvolvimento da inteligência. Conforme Vygotsky (apud COSTA, 2006, p. 3):

todas as crianças podem aprender e se desenvolver [...] as mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental.

Dessa forma, o ensino aprendizagem tem que ser organizado, pensado de acordo com a deficiência do aluno, para que obtenha uma resposta positiva.

O trabalho em grupo torna-se bastante produtivo para o desenvolvimento do aprendizado do aluno, a troca de saberes é bastante produtiva para o aprendizado. Para o desenvolvimento da linguagem, é importante o trabalho com representação, prevê, assim, o desenvolvimento dos sistemas de signos. Para Vygotsky (apud COSTA, 2006, P. 5), “os signos são meios auxiliares: agem como instrumentos da atividade psicológica, de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho”. O desenvolvimento da função semiótica é de extrema importância para trabalhar

com alunos com necessidades educativas, facilitando o desenvolvimento da linguagem.

3. EDUCAÇÃO PARA TODOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

3.1 CURRÍCULO ESCOLAR E O PLANO DE AULA

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, no art. 59, inciso I, assegura aos educandos com deficiência; “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades”. (BRASIL, 1996). A adaptação curricular é um meio para fornecer um atendimento adequado às necessidades específicas de cada aluno. Porém, para que esses educandos com deficiência consigam se desenvolver, propõe-se que o sistema educacional de ensino, não somente altere sua postura e expectativa diante desses alunos, mas que construam uma escola de verdade para todos.

Vale ressaltar, que currículo, segundo MacLaren (apud GLAT, 1998, p. 3):

[...] representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso. Mais do que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente. O currículo favorece certas formas de conhecimento sobre outras e afirma os sonhos, desejos e valores de grupos seletos e estudantes sobre outros grupos, com frequência discriminando certos grupos raciais, de classe ou gênero.

Para atender as necessidades educativas especiais de um aluno com deficiência, que está inserido numa escola regular, requer flexibilização no currículo, ações adaptativas para que o educando consiga se desenvolver de uma maneira concreta e atenda às necessidades individuais desse aluno.

O aluno com necessidades educativas especiais que está inserido na classe regular de ensino deve aprender as mesmas coisas que os outros alunos, sendo que de métodos diferentes, ficando sob a responsabilidade do professor regente fazer as necessárias adaptações nas suas aulas. O professor regente é responsável pela garantia do aprendizado do aluno com NEE diante das atividades de rotina e do planejamento para toda classe.

Os professores junto à equipe pedagógica da escola, devem reconhecer a necessidade do aluno, para que esse possa contar com intervenções que se diferenciam de forma significativa das aplicadas ao resto da classe. Todos os alunos precisam aprender e construir

procedimentos e posturas condizentes com a condição de estudantes. (DRUMOND, 2014, p. 29)

Deve-se respeitar à diversidade e singularidade de cada aluno, com um currículo flexível e sujeito à adaptações, sem que o aluno perca conteúdo. Isso não se refere à modificações que o professor faça em termos de conteúdos ou métodos, e sim, na reorganização do sistema escolar e do PPP, visando a participação efetiva do aluno com necessidades educativas especiais em todas as atividades escolares e as adaptações necessárias para um melhor desenvolvimento do aprendizado. Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

flexibilização e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. (BRASIL, 2001)

Para que a inclusão dos alunos com deficiência aconteça, de fato, na classe regular, tem a necessidade de adaptações de acesso ao currículo, como a exclusão de barreiras arquitetônicas e metodológicas, e também as adaptações pedagógicas. A grande preocupação é que esses alunos não sejam colocados dentro de uma classe comum sem que haja adaptações curriculares e sem capacitação do professor, para que não ocorra uma exclusão como acontece em muitos sistemas escolares.

3.2 FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para que aconteça a inclusão escolar, é necessário que os profissionais da educação estejam preparados, capacitados e tenham empatia, para que repensem e reorganizem a forma de ensinar e realizando as adaptações necessárias nos conteúdos que irão fornecer aos alunos. Dessa forma, atendendo às necessidades de todos os alunos, principalmente dos alunos com necessidades educativas especiais.

Os alunos com deficiência estão cada vez mais se inserindo na escola regular e grande parte dos professores não sabem como lidar com esse público, não estão

capacitados para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas. A formação tem que ser continuada, onde os professores terão que sempre estarem em busca de novos aprendizados, através de trocas de experiências, seminários, cursos de capacitação e atividades capacitadoras dentro do próprio colégio. É importante que o professor tenha tempo para organizar, refletir, analisar e pesquisar sobre sua prática.

Diante disso, essas transformações das práticas pedagógicas e atividades só conseguem ser desenvolvidas com o envolvimento da coordenação pedagógica do próprio colégio quanto do sistema de ensino, e que os professores sem formação em pedagogia, os que ensinam no fundamental II, participem de atividades capacitadoras no próprio colégio com profissionais especializados em educação inclusiva.

Conforme Bueno (apud GLAT; NOGUEIRA, 1999, p. 136):

de um lado os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com alunos que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calçado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem.

Considerando esse ponto, o planejamento acadêmico é falho diante da perspectiva da formação de professores, onde o sistema acadêmico deve incluir em todas as disciplinas práticas pedagógicas educacionais inclusivas, para que todos os professores aprendam como lidar com alunos que necessitem de uma educação adequada. É preciso formar um novo tipo de educador. Para Martins, “o educador ético é reflexivo, analisa os porquês da sua ação, por isso sabe o que faz, pra que faz, por que o faz, para o que faz e analisa, seleciona e escolhe os meios de concretizar o seu fazer”. (MARTINS; TOLEDO, 2006, p. 44-45).

É necessário que o professor atuante, analise e reflita sobre a sua formação, sua capacidade para atuar nessa escola que está para todos. Acredita-se que o professor execute de maneira adequada sua prática pedagógica e desenvolva de fato uma educação de qualidade, respeitando a heterogeneidade da classe.

Essa realidade demanda uma reflexão e reestruturação dos currículos dos cursos de formação de professores de forma que, por exemplo, nas disciplinas de planejamento, avaliação e didática, sejam realizadas discussões acerca dos processos de ensino e

aprendizagem de alunos com diferenças qualitativas de desenvolvimento. A disciplina de currículo deveria incluir, em suas discussões, a conceituação de currículos flexíveis que permitam adaptações para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência e sem deficiência. Ao se estudar a legislação educacional brasileira, ênfase deveria ser dada para leis e dispositivos da inclusão escolar e assim por diante. (GLAT et al, 2011, p. 2)

A falta de formação continuada dos professores sobre como conduzir seus ensinamentos para o aluno com deficiência, implica diretamente no trabalho pedagógico cotidiano. Se não tem uma formação adequada, esses professores nunca estarão preparados para receber em sua turma, alunos com necessidades educativas especiais. Também é preocupante a formação dos profissionais que atuam como gestores e coordenação, que deveriam ser capacitados para trabalhar com essa realidade, até porque cabe a eles, a estruturação curricular e organização escolar, bem como a orientação aos professores.

A inclusão não deve ser responsabilidade somente da Educação Especial. Não tem como só o professor da Educação Especial orientar os professores da classe regular como se atuar com esse público. É preciso desenvolver uma dinâmica de trabalho integrado, senão, estará desenvolvendo um sistema especial dentro da escola regular, o que não se trata de Educação Inclusiva.

O professor auxiliar não deve ser um professor particular para o aluno com deficiência, explicando o conteúdo pra ele, enquanto o professor regente explica pra o resto da turma. Para que esta ação se dê com êxito, o professor da sala regular deve utilizar meios que podem estar priorizando o atendimento ao aluno com PC.

O apoio pedagógico individual em horários alternados, não pode se tornar uma nova sala de recursos, substituindo a aprendizagem da sala regular, pois foi justamente assim que aconteceu a decadência do modelo de integração.

Vygotsky fala em sua obra referente às maneiras como as aprendizagens acontecem, as quais ajudam para o desenvolvimento do aluno com deficiência, através das relações sociais. Para ele, as interações sociais entre grupos heterogêneos são condições fundamentais para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem.

Comparando um aluno com deficiência, com seu cognitivo preservado aos alunos sem deficiência em situação de aprendizagem; ocorre que o aluno com PC

consegue desenvolver a mesma aprendizagem de formas diferentes, o que demonstra a *lei da compensação*¹.

Figura 02. Atividade em sala



Fonte: Pesquisa de Campo (2020) – Colégio Nossa Senhora de Fátima

Figura 03. Atividade em sala



Fonte: Pesquisa de Campo (2020) – Colégio Nossa Senhora de Fátima

As Figuras 2 e 3 demonstram o aluno com PC desenvolvendo os conteúdos de matemática, que foram explicados pelo professor regente. Para o aluno deficiente, os conteúdos foram adaptados de forma que o mesmo consegue resolver com o auxílio da professora auxiliar. Dessa forma, o professor observa o que ele já é capaz de fazer e o que ainda poderá fazer, visto que a aprendizagem efetivada promove o desenvolvimento do seu potencial, que se dá através da ação mediadora do professor e de materiais didáticos utilizados. O ensino, para Vygotsky (2008, p. 94):

¹Diz que você sempre será compensado por seus esforços e por sua contribuição, seja lá o que for, por muito ou por pouco que seja.

deve se antecipar ao que o aluno ainda não sabe nem é capaz de aprender sozinho, porque, na relação entre aprendizado e desenvolvimento, o primeiro vem antes. É a isso que se refere um de seus principais conceitos, o de zona de desenvolvimento proximal, que seria a distância entre o desenvolvimento real de uma criança e aquilo que ela tem o potencial de aprender – potencial que é demonstrado pela capacidade com a ajuda de um profissional especializado.

O professor precisa ter habilidades para perceber a capacidade do aluno com PC, o que ele já consegue fazer sozinho e o que está próximo de conseguir fazer sozinho. Identificando essas capacidades, o professor traça um caminho a ser trabalhado com o aluno.

As interações sociais entre os alunos distintos são oportunidades precisas para a desenvoltura do pensamento e da linguagem. Com isso, quanto mais o aluno com deficiência se relacionar com outros colegas, melhor será o seu desenvolvimento social, cognitivo, emocional e linguístico. Diante disso, permitirá que o professor proporcione atividades desafiadoras e ao mesmo tempo estará desenvolvendo um papel de estimulação ao relacionamento entre todos os alunos da classe.

Para a inclusão acontecer entre os alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, não basta somente a divulgação de leis determinando a realização de cursos de capacitação de professores, nem que seja obrigatoriedade da inserção dos alunos com deficiência em escolas regulares. Essas são medidas de suma importância, mas não o bastante. As políticas públicas devem acontecer de forma constante e efetiva, com cursos de capacitação e acompanhamento constante, orientando os docentes na condição de reduzir gradualmente a exclusão escolar.

3.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, regulamentou o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, com objetivo de garantir a aprendizagem de qualidade para todos os alunos com deficiência.

Numa sala de aula podem-se encontrar vários tipos de deficiências e para uma escola que se propõe a ser inclusiva, é fundamental perceber, respeitar as

diferenças, e assim, buscar caminhos para atender às necessidades de aprendizagem de todos. A escola não pode centrar o olhar naquilo que falta, no déficit ou na falha e na insuficiência; pouco teria para se fazer, mas se focar no potencial do aluno com deficiência, a escola se transforma.

Faz-se necessário trabalhar o potencial desses alunos com deficiência em salas de Atendimento Educacional Especializado, com o objetivo de complementar ou suplementar o atendimento desse aluno. Sendo uma atuação da Educação Especial e, portanto, tem caráter complementar e não substitui a escolaridade comum do aluno com deficiência. O AEE deve acontecer no contra turno da sala de aula regular. Durante o atendimento, o professor deve utilizar recursos, como jogos, brinquedos e livros adequados para cada necessidade especial. A LBI em seu Art. 28 assegura:

planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva. (BRASIL, 2015).

Na sala de AEE, também chamada de Sala Multifuncional, pode-se encontrar vários recursos, como computador, software, jogos, livros, recursos pedagógicos. O Atendimento Educacional Especializado está disponível para todos os níveis escolares, mas não pode ser confundido como reforço escolar ou atendimento clínico. O aluno com PC que apresenta uma dificuldade motora, o professor de AEE não vai fazer fisioterapia ou psicomotricidade com o aluno, mas vai adaptar materiais, permitindo que esse aluno seja mais eficiente no processo pedagógico da escola. Ele pode precisar, simplesmente, de que o professor engrosse o lápis para que ele possa segurar o lápis.

Visando a inclusão escolar desse aluno com PC, o AEE faz uso de recursos pedagógicos acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa, que é o caso das Tecnologias Assistivas, utilizando alguns materiais para facilitar o desenvolvimento das atividades escolares. Segundo Bersch (2006, p. 2), a Tecnologia Assistiva “deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência”.

O AEE se diferencia do reforço por não trabalhar conteúdo curricular, quem trabalha conteúdo curricular é o professor da classe comum. O aluno que tem deficiência, que não aprende, não é pelo reforço que ele vai aprender. O professor de Atendimento Educacional Especializada deve ter uma formação diferenciada por ser responsável em realizar um trabalho da classe comum, ajudando aos alunos com deficiência a se apropriar melhor dos conteúdos escolares, seja adaptando materiais, seja trabalhando com metodologias específicas.

O profissional especializado responsável pelo Atendimento Educacional Especializado da escola regular deve organizar os recursos e técnicas necessárias para cada grau de comprometimento do aluno, para que potencialize um bom desenvolvimento da aprendizagem nas atividades escolares. A intenção é que o aluno tenha um atendimento especializado com capacidade de se desenvolver na comunicação e na mobilidade.

4. ESTUDO DE CASO SOBRE O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

O nome da escola, a princípio seria Escola Leôncio Matias, em homenagem ao irmão da proprietária, que ajudou na realização desse sonho, porém diante tantas dificuldades enfrentadas, por ser devota de Nossa Senhora de Fátima, a própria nomeou a sua escola com o nome de Escola de 1º Grau Nossa Senhora de Fátima.

Atualmente, o nome da escola é Colégio Nossa Senhora de Fátima, mantida pela razão social Fagner Matias dos Santos & CIA.LTDA., enquadrado na categoria particular, registrado CNPJ: 04.892.027/0001-97. O referido colégio participa do Sindicato das Escolas Particulares e é subordinado ao Conselho Estadual de Educação de Alagoas, que a autorização de funcionamento se dá através da portaria nº1238/1997/ DOE 09/10/1997 Credenciamento e Autorização, portaria/SEE nº 437/2012 CEE/AL/DOE 14/05/2012 Ensino Fundamental e portaria/SEDUC nº 4.784/2018 DOE 03/12/2018 Autorização do Ensino Médio. Atende Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com as seguintes tipificações: Maternal I e II, Jardim I e II, 1º ano ao 9º ano, 1ª, 2ª e 3ª Séries do Ensino Médio. Está situada na zona urbana, localizada na Praça Largo de Fátima, nº. 379, bairro Centro em Penedo, Alagoas.

O horário de funcionamento do colégio está organizado no turno matutino de 7h às 11h20min, composto por 348 alunos distribuídos nas turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. E para um bom funcionamento do mesmo, o colégio conta com o desempenho de 46 (quarenta e seis) funcionários, sendo distribuídos em 01 (uma) diretora pedagógica, 01 (um) diretor financeiro, 01 (um) diretor administrativo, 03 (três) coordenadores, 01 (uma) secretária, 01 (uma) agente administrativa, 24 (vinte e quatro) professores, 08 (oito) auxiliares de sala, 01 (um) porteiro, 01 (uma) psicóloga, 02 (duas) inspetoras de disciplinas e 03 (três) serviços gerais.

O prédio escolar é composto por 16 (dezesesseis) salas de aula, 10 (dez) banheiros, 01 (um) pátio de recreação, 01 (uma) quadra de esportes coberta, 01, (uma) sala de informática, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala para direção, 01 (uma) sala de coordenação, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) cantina.

O prédio é moderno, de primeiro andar e está acontecendo uma construção para ampliação do prédio e reforma do colégio, seu estado de conservação é favorável, com espaços limpos e higienizados e os alunos têm acesso a todos os espaços. Na medida do possível, as instalações físicas se tornam um ambiente acolhedor, onde oferece incentivo para participação na prática de esporte. O maior problema enfrentado pela escola está relacionado à falta de acompanhamento e participação dos pais no desenvolvimento dos alunos.

A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O colégio tem por objetivo levar o aluno a descobrir e desenvolver suas potencialidades e sua personalidade, despertando nele a criação de um real senso de responsabilidade; desenvolver o espírito crítico a solidariedade humana, a criatividade, o hábito de pesquisa e o interesse pelo progresso do país; favorecer um novo entrosamento entre as atividades escolares e as do mundo fora da escola, inclusive, entre os conteúdos curriculares e ajudar na formação de um ser inteligente que pensa, critica, experimenta, compromete-se e ama, buscando sempre vivenciar o seu papel social.

O ensino é ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência no colégio; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; valorização do profissional da educação escolar; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O Corpo Discente é constituído de todos os alunos regularmente matriculados no Colégio. Além daqueles que lhes são outorgados por toda a legislação aplicável, constituem direitos do Corpo Discente em participar das atividades escolares, sociais, cívicas e recreativas; ser considerado e valorizado em sua individualidade, sem comparação nem preferência; consultar os livros da biblioteca do colégio, nos termos de regulamento e normas próprias; ser ouvido em suas queixas ou reclamações e utilizar-se das instalações e dependências do Colégio que lhes forem necessárias, na forma e nos horários a eles reservados, exclusivamente no que tange a atividade de natureza educacional.

Constituem-se deveres dos alunos todos aqueles emanados do Regimento e da Legislação e normas de ensino aplicáveis, bem como, atender ao regime didático e disciplinar, bem como a organização escolar; cumprir as determinações da direção, dos professores e do corpo técnico-administrativo das respectivas órbitas de competências; apresentar-se às aulas devidamente trajados, segundo às normas do colégio; ser assíduo, pontual não só quanto ao comparecimento às aulas como também no cumprimento dos demais deveres; tratar com urbanidade e respeito os diretores, professores, autoridades de ensino, funcionários e colegas; contribuir para que se mantenha o asseio e conservação do edifício escolar; manter o material didático, utilizado nas aulas, devidamente cuidado; indenizar o Colégio, os servidores e os colegas pelos danos causados e possuir e apresentá-lo quando exigido todo material didático individual.

É vedado ao aluno ausentar-se da sala de aula e/ou colégio, sem prévia autorização superior; utilizar nas dependências escolares, de meios ou objetos impróprios à sua instrução, nocivos à saúde e contrários à Lei e a formação de valores morais, religiosos e éticos; desviar a atenção para outras atividades durante o período de aula; participar, formar ou liderar grupos que tenham por finalidade perturbar o bom andamento das atividades do Colégio.

Ao Corpo Discente será proporcionado, pelo Colégio, a assistência que faculta receber educação integral e participar de todas as atividades escolares. A assistência ao aluno carente será prestada segundo às diretrizes traçadas pelo Colégio. O referido colégio, dentro das suas responsabilidades, proporcionará ao seu corpo discente a assistência necessária a uma educação integral e participativa. A assistência aos educando será desenvolvida em colaboração com os técnicos, o corpo docente, a família e a comunidade.

A turma do 6º ano é composta por 30 alunos, 2 deles com necessidades educativas especiais, que requer muita atenção e planejamento dos professores regentes e juntamente com a professora auxiliar, desenvolver práticas pedagógicas durante o período das aulas, para que todos aprendam e se desenvolvam no aprendizado.

O Corpo Docente é constituído de professores autorizados na forma da lei em vigor. Constituem direitos do corpo docente, daqueles que lhes são assegurados pela legislação em vigor, como ministrar aulas sem ser molestado ou importunado; ter acesso a consulta de livros da biblioteca; requisitar material necessário ao

desempenho de suas atividades didáticas; participar de cursos para atualização de seus conhecimentos; exigir tratamento e respeito condignos e compatíveis com a missão de educar; liberdade para avaliar o rendimento escolar do aluno de acordo com o programa desenvolvido; participar de reuniões promovidas pelo Colégio, manifestando sua opinião sobre programas e sua execução, planos de cursos, técnicas e métodos utilizados, adoção de livro didático, aprimoramento da organização administrativa, didática e disciplinar.

Serão gratuitos os cursos previstos quando forem obrigatórios, a critério da Direção. Os deveres do Corpo Docente constituem em participar da educação integral do aluno; cumprir e fazer cumprir fielmente os horários e calendários escolares; participar da elaboração dos planos de ensino e planos de aula; manter a disciplina em classe e colaborar para a ordem e disciplina geral do colégio; colaborar com o Serviço de Orientação Educacional nos assuntos referentes à conduta e aproveitamento dos alunos; colaborar com a Supervisão Escolar nos assuntos relativos ao desenvolvimento dos planos e metodologia do ensino, avaliação e recuperação; manter rigorosamente em dia a escrituração do diário de classe, que deve ser feita com máxima clareza, precisão e presteza; manter um comportamento condigno e compatível com a missão de educar; comunicar à Direção do Colégio todas as irregularidades de que tomar conhecimento; manter com os colegas espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa realizada no Colégio; executar as tarefas que forem atribuídas; ministrar sua aula com assiduidade, pontualidade e dedicação; comparecer às solenidades e reuniões e zelar pelo patrimônio do Colégio.

É vedado ao professores, falar, escrever ou publicar artigos em nome do Colégio, em qualquer oportunidade, sem que para isso esteja autorizado; dispensar os alunos antes do término de aula, ou suspender aulas, sem que haja motivo justificável; ofender com palavras, gestos ou atitudes, colegas, pais, alunos e a própria dignidade do magistério e servir-se de suas funções para pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais ou insuflar nos alunos atitudes de indisciplina ou agitação.

Para o bom desenvolvimento dos alunos o colégio conta com 26 professores e 6 auxiliares, sendo que 8 professores regentes e um auxiliar estão à frente da turma do 6º ano. O professor de Educação Física tem licenciatura em Educação Física; o de Língua Estrangeira Inglês não apresentou documento comprovando a

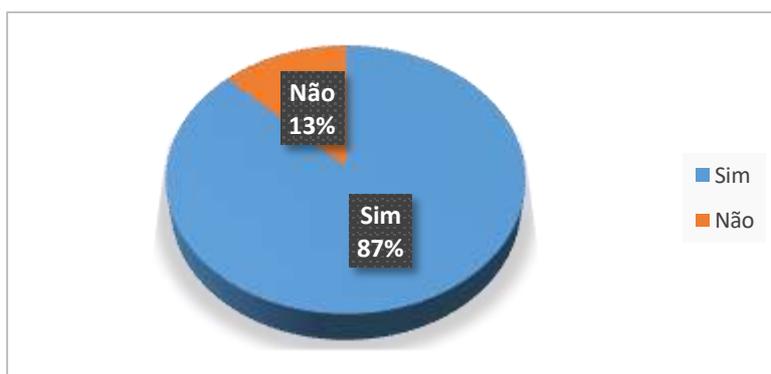
sua formação; o de História tem graduação na área; o professor de Geografia é graduado em geografia; a de Matemática é pós-graduada em psicopedagogia clínica e institucional, também tem formação em pedagogia e matemática; a professora de Ciências é graduada em Ciências Biológicas; a de Língua Portuguesa tem formação em Letras; a professora de Língua Estrangeira Espanhol tem formação em Letras com habilitação em Inglês e Espanhol e a professora auxiliar tem graduação em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Atendimento Educacional Especializado e Educação Infantil.

4.1.1 Análise da prática pedagógica realizada por meio da entrevista com os professores

Neste tópico serão apresentadas as análises da pesquisa de campo, levando em consideração as respostas dadas pelos professores regentes e professor auxiliar, aos quais foram direcionados os questionários. Essas análises foram avaliadas em percentual através de gráficos estatísticos e tabelas relacionados abaixo, considerando o número de respostas atingidas para cada pergunta.

Diante da primeira questão, foi perguntado o seguinte: **Você possui especialização? Em qual área?**

Gráfico 01. Referente à especialização dos professores



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

O intuito dessa questão foi ter conhecimento das especializações dos professores, fazendo uma análise apurada dos resultados, podemos observar um resultado favorável das porcentagens. Tendo em vista, que apenas 13% não

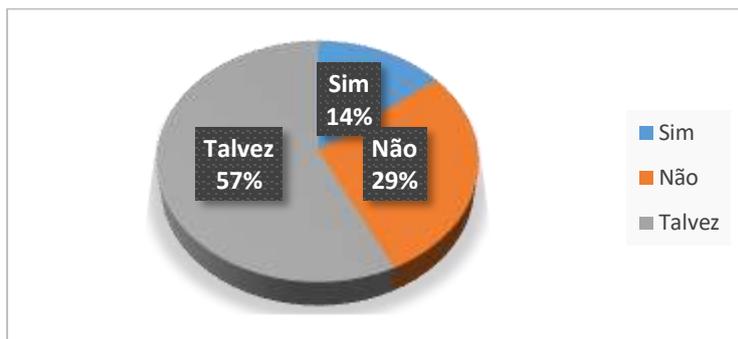
preenchem os requisitos de especializações. Abaixo pode-se ver as especializações dos profissionais:

- O professor A possui especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional;
- O professor B tem pós-graduação em Gestão Ambiental e mestrando em Ensino de Ciências e Matemática;
- O professor C é licenciado em História;
- O professor D é especializado em Psicopedagogia Clínica e Institucional e também no Ensino da Matemática e da Física;
- O professor E tem formação em Letras com habilitação em Língua Estrangeira Inglês;
- O professor F tem especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional;
- O professor G não tem especialização;
- O professor auxiliar é formado em Ensino Médio Normal, com Licenciatura Plena em Pedagogia, pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e em Atendimento Educacional Especializado e Educação Infantil.

No Art. 59, Inciso III, LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (BRASIL, 1996)

O inciso confirma que desde 1996, os professores tanto da classe regular quanto para o AEE, teriam que ter especialização adequada e capacitação para atender em suas classes, alunos com necessidades educacionais especiais, oferecendo um aprendizado de qualidade.

Na segunda pergunta foi questionado sobre o seguinte: **Você se sente preparado para atender de forma significativa um aluno com deficiência?**

Gráfico 02. Corresponde à preparação dos professores

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Através desse questionamento percebe-se que 14% dos professores estão preparados para atuarem no desenvolvimento do ensino aprendizagem do aluno com PC. Enquanto que, 57% relatam que talvez estejam aptos para atender às necessidades especiais desse aluno. Alguns desses professores possuem formação na área de pedagogia, outros têm formação na área que atua, mas mesmo assim, não se sentem preparados para atender às necessidades educativas especiais do objeto de estudo. E, outros 29% afirmam não estarem preparados para atenderem aluno com deficiência.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, consideram-se:

professores capacitados para atuar em classes comuns com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre e educação especial e desenvolvidas competências para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo e atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (BRASIL, 2001)

Diante dessa análise, percebe-se a importância do curso de formação continuada para melhorar as práticas pedagógicas dos professores atuantes em classe comum.

Na terceira questão, se refere a prática pedagógica, onde foi questionado o seguinte: **Na sua concepção, a prática pedagógica do professor pode intervir no desenvolvimento do aluno com deficiência?**

Gráfico 03. Relativo à Prática Pedagógica

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Em relação a esse questionamento, os professores concordaram que as práticas pedagógicas interferem no desenvolvimento da aprendizagem tanto do aluno com PC quanto dos alunos sem deficiência. As práticas pedagógicas, dependendo de como serão aplicadas, interferem subjetivamente no processo de desenvolvimento educacional do aluno.

Cabe à escola oferecer aos professores, programa de formação continuada e capacitação docente, dando condições efetivas para que o professor reflita e desenvolva com seus alunos práticas pedagógicas para atender à diversidade de todos os educandos. Para transformar um currículo tradicional em um currículo inclusivo, é necessário repensar as práticas pedagógicas dos professores e os mesmos planejarem suas aulas de maneira diversificada, para que cada aluno tenha oportunidade e possibilidade de participação.

Na quarta questão foi falado sobre o espaço físico do colégio, perguntando o seguinte: **O espaço físico do colégio é adequado para acolher um aluno deficiente?**

Gráfico 04. Referente à adequação do espaço físico

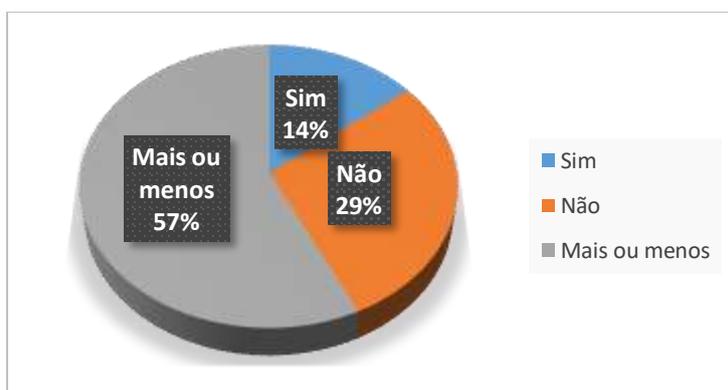
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Na concepção dos professores, o colégio possui um espaço físico adequado para as devidas locomoções do aluno com paralisia cerebral. Mas, durante a pesquisa foi visto que o banheiro não tem adaptação necessária e a quadra esportiva não tem rampa de acesso.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lança o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE garante “acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação”. (BRASIL, 2007)

O quinto questionamento foi o seguinte: **O material didático pedagógico do colégio é suficiente para atender às necessidades do aluno com deficiência?**

Gráfico 05. Relativo ao material didático pedagógico



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Mediante avaliação das respostas, percebe-se que 14% dos professores informaram que os materiais pedagógicos são suficientes para atender ao aluno com deficiência. Enquanto 57% afirmam mais ou menos, com isso, entende-se que esse material não é suficiente para desenvolver o potencial do aluno com PC. Outros 29% relatam que não é suficiente.

Assim, entende-se que há uma carência de material didático pedagógico para que os professores regentes desenvolvam as práticas pedagógicas com o aluno com necessidades educativas especiais. A disponibilização desses materiais didáticos é de grande importância para o desenvolvimento das práticas pedagógicas no ensino aprendizagem.

Na sexta questão foi questionado da seguinte forma: **Você utiliza recursos didáticos pedagógicos como suporte em suas aulas para melhor atender o aluno com deficiência?**

Gráfico 06. Referente à utilização de recursos didáticos pedagógicos



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Diante das respostas, 29% dos professores informaram que não utilizam recursos didáticos em aula e que 71% fazem uso desses recursos, sendo que, em se tratando de recursos pedagógicos para desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno com deficiência, vai além do livro didático e atividade adaptada, como foi descrito no questionamento dos professores. Requer uso de Tecnologias Assistivas, como adaptação de material, uso de comunicação aumentativa ou alternativa, entre outros.

O sétimo questionamento se referiu à rejeição em relação ao aluno com PC, foi o seguinte: **No cotidiano da sala, percebe-se comportamento de rejeição por parte dos colegas com o aluno deficiente?**

Gráfico 07. Relativo ao comportamento de rejeição



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Foi observado nesse questionamento que 14% dos professores informaram que de vez em quando os colegas de sala têm comportamento de rejeição em relação ao aluno com deficiência. Enquanto que 86% dos professores relataram que não acontece esse tipo de comportamento.

É importante que os professores trabalhem a socialização entre os alunos, elaborando trabalhos em grupo e que todos os alunos respeitem as diferenças uns dos outros.

No oitavo questionamento, a pergunta foi a seguinte: **Existe interação dos alunos da turma com o aluno deficiente?**

Gráfico 08. Referente à interação dos alunos



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Referente a esse questionamento, foi observado que 78% dos professores responderam que os colegas interagem com o aluno com deficiência e 22% dos professores informaram que de vez em quando acontece a interação. Percebe-se que na heterogeneidade da turma pode acontecer dos colegas não interagir com o aluno com PC. O professor tem que ter habilidades e métodos para que os colegas sejam próximos e interajam com esse aluno com necessidades educativas especiais.

Na nona questão foi questionado sobre as estratégias utilizadas em sala. E a questão foi a seguinte: **Quais as estratégias utilizadas em sala para a participação efetiva de todos, principalmente do aluno deficiente?**

Diante desse questionamento, obteve-se as seguintes respostas:

- O professor A relatou “apresentar o que está sendo trabalhado de forma que favoreça todos os grupos, buscar formas mais dinâmicas, apresentar situações do dia a dia para melhor entendimento deste aluno”.
- O professor B disse “atividades e experimentos em grupos e apresentando uma relação dos conteúdos curriculares, com o cotidiano dos estudantes”.
- O professor C respondeu “estimular a imaginação, chamando o aluno para aprender. É importante para o aluno saber que o professor gosta dele, se importa com ele e com sua opinião.
- O professor D falou “leitura compartilhada, trabalho lúdico com os números, bingo em sala de aula, jogos didáticos, etc.
- O professor E relatou “atividades práticas envolvendo todos os alunos”.
- O professor F explicou “dependendo da idade o diálogo inclusivo é a melhor forma de incorporar o aluno na aula, se não for efetivo, utilizo métodos práticos como trabalhos ou brincadeiras que exijam uma proximidade para a execução”.
- O professor G informou “nenhuma estratégia em relação ao aluno deficiente”.

Percebe-se que nem todos os professores recebem as orientações devidas e nem buscam pesquisar estratégias para conduzir suas aulas de forma que busque o aluno com deficiência para que interaja nas aulas, buscando desenvolver o seu potencial. E, que um professor não tem preparação nenhuma de estar conduzindo uma aula numa turma heterogênea.

Na décima questão foi perguntado o seguinte: **Quais as dificuldades apresentadas pelo o aluno deficiente diante das atividades que são direcionadas para a turma?**

Em relação a esse questionamento, foi respondido o seguinte:

- O professor A explicou “no meu ponto de vista as dificuldades somente vão existir se o que estiver sendo trabalhado com a turma não for adaptado à realidade do aluno com deficiência”.
- O professor B respondeu “dificuldades ligadas à coordenação motora e a compreensão de alguns conteúdos. Mesmo com suas limitações, sempre busca superar cada uma delas”.
- O professor C relatou “ainda não pude avaliar o aluno com deficiência. Não houve oportunidade de tempo para tal”.

- O professor D disse “em leitura, interpretação, assimilação de conteúdos, entre outras”.
- O professor E falou “dificuldade de expressão”.
- O professor F respondeu “acho que deveríamos considerar que a maior deficiência nessa relação é a dos materiais didáticos, a maioria deles não apresentam atividades inclusivas que ajudem, os professores (recém formados) não têm essa capacidade, já que no ensino superior não nos é dado modos de o fazer”.
- O professor G explicou “compreensão de conteúdo e participação junto aos colegas”.

Diante disso, observa-se que alguns dos professores não conseguem perceber as dificuldades do aluno com necessidades educativas especiais, não tem capacidade para identificar seu potencial para que desenvolva a compreensão do conteúdo. Enquanto outro professor, percebe que as dificuldades acontecem mediante a falta de práticas pedagógicas para que esse aluno aprenda.

É gritante o despreparo da maioria dos professores, a resposta do professor A relatou tudo que falta nos outros professores. Se o professor não se preocupa em planejar a sua aula relacionando-a ao aluno com necessidades educativas especiais, as dificuldades desse aluno sempre irão existir. Os professores têm que se reinventar, ser pesquisador e refletir sobre suas metodologias e suas práticas pedagógicas.

Na décima primeira questão foi perguntado o seguinte: **O que é realizado para sanar as dificuldades apresentadas pelo o aluno?**

A partir dessa questão, obteve-se as seguintes respostas:

- O professor A disse “com o apoio da escola e família são formuladas estratégias do que dá certo com o aluno, a conversa, o apoio entre essas partes são primordiais para que os objetivos sejam alcançados”.
- O professor B falou “atividades adaptadas de acordo com cada tema, simplificação da linguagem e orientações para a pessoa que está acompanhando o aluno”.
- O professor C relatou “as atividades sempre buscam mostrar, de uma forma que estimule a imaginação, conceitos de cidadania e democracia, fundamental para qualquer brasileiro. As dificuldades que aparecem são

minimizadas com a dedicação e esforço por parte de todos, embora seja sempre importante buscar mais”.

- O professor D respondeu “busco dar uma atenção especial a esse aluno”.
- O professor E explicou “direcionar o questionamento ao aluno com dificuldade e esperar o seu tempo”.
- O professor F disse “no estabelecimento que trabalho a construção de rampas e ajuda aos professores vem sendo estabelecida, porém ainda não é suficiente”.
- O professor G relatou “há uma professora auxiliar que o acompanha”.

Entende-se que para uns professores o caminho para sanar as dificuldades é rampa de acessibilidade ou a professora auxiliar que faz o papel de sanar as dificuldades, obviamente percebe-se que esses professores não compreenderam o que é o significado de sanar as dificuldades. Enquanto que, para sanar as dificuldades foi relatado por outros professores sobre as estratégias e práticas pedagógicas.

No décimo segundo questionamento foi feita a seguinte pergunta: **Qual a importância do professor auxiliar numa sala de aula?**

Referente a esse questionamento, foi relatado pelos professores as seguintes respostas:

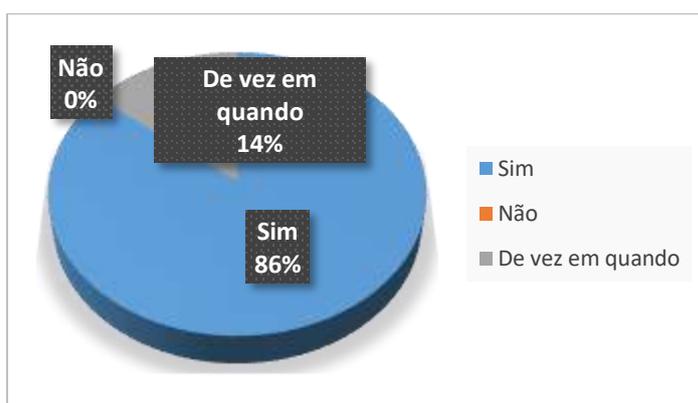
- O professor A, “no meu ponto de vista é um apoio, uma segurança maior tanto para o aluno quanto para o professor. Para o aluno, porque terá um auxílio maior, e para o professor porque terá uma outra pessoa, um outro profissional que acompanha o aluno em todas as aulas e poderá dar um suporte a mais no momento em que o aluno tiver dúvidas”.
- O professor B, “é de suma importância para oferecer um maior suporte para a pessoa com deficiência e auxiliar nas aplicações das atividades”.
- O professor C, “faz toda a diferença. É extremamente necessário um professor que esteja auxiliando nesse processo, pois ele estará à disposição do aluno com deficiência”.
- O professor D, “ele é um elo entre o aluno e a sala de aula. Ajudando assim o aluno ter um melhor desenvolvimento nas aulas”.
- O professor E, “auxiliar na realização das atividades propostas pelo professor titular”.

- O professor F, “ajudar o professor principal a dar atenção devida a todos os alunos, principalmente aos deficientes, que necessita de uma atenção especial”.
- O professor G, “acompanhar o aluno de forma mais próxima para auxiliar tanto ele quanto o professor em relação aos problemas que possam vir a surgir”.

Percebe-se que os professores regentes não sabem, realmente, sobre o papel do professor auxiliar em uma sala de aula. Esse profissional especializado tem o papel de orientar esses professores regentes sobre a metodologia a ser trabalhada em sala para a compreensão de todos e em especial ao aluno com necessidades educacionais especiais. Em sala o professor auxiliar ajuda o aluno com PC, da melhor forma, no desenvolvimento das atividades aplicadas pelo professor regente, com materiais adaptados.

Na décima terceira e última questão foi questionado sobre planejamento educacional, com a seguinte pergunta: **Ao realizar a construção do planejamento educacional (plano de aula, plano semanal, plano bimestral, semestral ou anual) de acordo com a organização solicitada pela coordenação pedagógica da instituição, a elaboração é pensada e organizada com adaptações para atender adequadamente o aluno com deficiência?**

Gráfico 09. Relativo ao planejamento educacional



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Diante das respostas dos professores, somente 14% informaram que de vez em quando é feito o plano de aula de forma que possa atender o aluno com deficiência, mas que nos outros planos não é solicitada nenhuma referência sobre o

assunto. E, 86% dos professores relataram que quando são avisados que tem um aluno com deficiência em sala de aula, no planejamento de aula é inserido uma atividade adaptada para o aluno com deficiência. Diante disso, percebe-se que o planejamento anual, semestral e bimestral não sofre adaptações para atender às necessidades especiais desse aluno com PC, somente o plano de aula é acrescido uma atividade adaptada para esse referido aluno.

Percebe-se a falta de comprometimento, de preparo da equipe pedagógica em relação ao planejamento de aula junto aos professores regentes, não é somente informar ao professor que tem um aluno com necessidades educativas especiais na sala e ser adicionado no seu plano de aula uma atividade adaptada para esse referido aluno, e sim, o professor ser capacitado para atuar numa sala com uma turma heterogênea.

O questionário da professora auxiliar foi através das seguintes perguntas com as referidas respostas:

Tabela 01. Questionário do professor auxiliar

QUESTÃO	RESPOSTA
Qual a sua formação?	Ensino Médio Normal; Licenciatura em Pedagogia; Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Atendimento Educacional Especializado e Educação Infantil.
Como é realizado o trabalho em sala de aula com o aluno deficiente?	Quando o professor regente me entrega a atividade impressa colo no caderno e explico de forma simples e adaptada para que o aluno possa responder a atividade proposta.
Você tem apoio dos professores regentes para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência?	Sim. Os professores indicam os conteúdos e faço as adaptações para que o aluno compreenda o assunto proposto pelo professor regente.
Você compartilha seus conhecimentos da área da inclusão com os professores regentes?	Sim. Sempre que tenho oportunidade oriento como proceder, considerando as dificuldades e limitações do aluno.

Você participa das reuniões pedagógicas e realiza orientações para melhorar a metodologia utilizada com o aluno deficiente pelos professores regentes?	Sim. Participo das reuniões pedagógicas.
Você contribuiu para a construção do plano de aula dos professores regentes?	Não. Não tenho acesso.
Qual o papel do professor auxiliar mediante às políticas públicas no ambiente escolar?	Fazer com que o aluno participe das atividades propostas pela escola, como nos eventos: esporte, Festa Junina, Semana de Arte e Cultura, acompanhamento em suas atividades...
Como você organiza o plano do Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência?	Após o professor disponibilizar o conteúdo, elaboro o plano de aula buscando sanar as dificuldades do aluno e utilizando jogos lúdicos, materiais didáticos e concretos, fazendo com que o mesmo participe e interaja nas aulas.
Você utiliza materiais didático pedagógico para complementar as atividades realizadas em sala de aula?	Sim. Alfabeto móvel, quebra-cabeça, jogo da memória, construção, perguntas e respostas, material dourado, objetos concretos, dinâmicas....
Existe alguma dificuldade para colocar em prática as suas estratégias em sala de aula?	Sim. Ausência de material didático pedagógico.

Dados da Pesquisa (2020)

Diante desses questionamentos, observa-se que a professora auxiliar tem formação adequada para o Atendimento Educacional Especializado, podendo orientar todos os professores regente como conduzir o aluno com paralisia cerebral em suas aulas.

Percebe-se também que, em sala de aula, ela recebe a atividade adaptada para responder junto ao aluno com PC, enquanto o professor regente explica o

conteúdo para os demais alunos da turma. Tendo em vista que o professor regente deve explicar o conteúdo de forma adaptada para que todos compreendam e com materiais didáticos, a professora auxiliar conduz o aluno com PC na realização da sua atividade, não é ela quem tem que explicar o conteúdo para o aluno e sim o professor regente.

Relatou-se que o compartilhamento dos conhecimentos da área da inclusão somente é transmitido aos professores regentes quando a professora auxiliar tem oportunidade de expressar, à parte, tais conhecimentos aos professores. Diante disso, se confirma que nas reuniões pedagógicas a professora auxiliar não faz orientações sobre as práticas pedagógicas para uma melhor compreensão do conteúdo, considerando as dificuldades e limitações do aluno.

Dessa forma, as reuniões pedagógicas têm que acontecer periodicamente juntamente com a professora auxiliar para alinhar os conteúdos e a mesma orientar os professores regentes em suas metodologias e práticas pedagógicas para um melhor desenvolvimentos educacional do aluno com PC. No entanto, a escola deve oferecer materiais didáticos pedagógicos e recursos pedagógicos para que os professores atuem da melhor forma em sala de aula.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atendimento Educacional Especializado no sistema de ensino regular está regulamentado legalmente, desde 1988 na Constituição Federal em seu Art. 208. Essa legalidade faz parte da política de inclusão escolar e social há muito tempo. No entanto, essa legalidade ainda não produziu a mudança necessária no cenário escolar, possibilitando o aluno com necessidades educativas especiais um desenvolvimento educacional no ensino regular que seja capaz de praticar a verdadeira inclusão.

Durante a realização desse estudo, foi debatido sobre a questão do desenvolvimento educacional do aluno com PC, abordando alguns pontos dentro dessa temática, que se tornaram eficazes pela aquisição de conhecimentos adquiridos para uma atuação enquanto professor no meio onde existam alunos com necessidades educativas especiais.

Diante dos tópicos que foram abordados e com os pilares propostos por autores pesquisados, permitiram uma análise significativa em relação ao desenvolvimento do aluno com paralisia cerebral. A inclusão escolar de aluno com NEE, não foi um tema difícil de ser abordado, mas as descobertas realizadas a respeito desse estudo de caso foram de profunda importância.

A partir desse estudo, compreende-se que o sistema de ensino regular deveria levar em consideração toda a sua organização para promover uma inclusão de verdade, de qualidade para o aluno com deficiência, promovendo a construção de capacidades, sem ignorar o desenvolvimento real do aluno e aquilo que ele tem o potencial de aprender, com condições que atendam às singularidades ligadas ao aluno com PC.

Promover o processo de desenvolvimento de aprendizagem do discente significa uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Provoca quebra de paradigma, reformulação do sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, com atendimento adequado e a permanência garantida de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. A ideia é que o aluno com paralisia cerebral tenha as mesmas oportunidades de aprendizado tanto em nível social como educativo, igual a todos os colegas. Deve-se levar em consideração que a Educação Inclusiva é um direito, e para que o desenvolvimento

da aprendizagem seja significativo, é necessário conhecer todos os aspectos que propicie o processo de desenvolvimento.

Diante dos problemas que ainda existem em relação ao processo de ensino do aluno com paralisia cerebral, propõe-se que os professores sejam inseridos num processo de formação continuada, especificamente para lidar com os variados tipos de deficiências, que a escola possa se organizar tanto em relação à estrutura quanto em relação à parte de materiais didáticos pedagógicos para atender a esse público de forma que a educação possa de fato ser inclusiva.

Em resumo, é necessário discutir sobre respectivos temas, iguais ou relacionados a este, pois este conteúdo tem uma escala grandiosa de temas para serem discutidos por pesquisadores ou profissionais da área da educação.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação da Cultura. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**. Brasília, DF: MEC, 1994.

_____. Ministério da Educação e Cultura – **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Constituição (1988) – **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> acesso em: 10 de Set 2020.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, p. 79, 2001.

COSTA, Dóris Anita Freire. **Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial**. Revista Psicopedagogia, v. 23, n. 72, p. 232-240, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862006000300007> acesso em 19 de Out de 2020.

DANTAS, Meryeli Santos de Araújo et al. **Impacto do diagnóstico de paralisia cerebral para a família. Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 19, n. 2, p. 229-237, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072010000200003&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso: 15 de Out de 2020.

DRUMOND, Simone Helen Ischkanian. **Inclusão Escolar: o planejamento das aulas tem de prever atividades para todos os alunos**. Disponível em: <<http://simonehelendrumond.blogspot.com>> Acesso em 15 de Nov 2020.

GLAT, Rosana et al. **Formação de professores para atuar no atendimento educacional especializado com alunos com deficiência intelectual: Competências e Atribuições. Atendimento educacional**, p. 83. Disponível: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ffc-unesp/20170904032708/pdf_258.pdf#page=85> Acesso: 20 de Out de 2020

_____, Rosana et al. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Educação, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007. Disponível: <<https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117241006.pdf>> Acesso; 15 de Set de 2020

_____, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. C. 7, p. 24, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LduRS34UuWgC&oi=fnd&pg=PA9&dq=_____,+Rosana.+Educa%C3%A7%C3%A3o+Inclusiva:+Cultura+e+Cotidiano+Escolar.+C.+7,+p.116->

136,+2007.&ots=H-i6klLq7G&sig=544mTsMwVfbXv2CWPZJsBsL6b9U#v=onepage&q&f=false
Acesso: 20 de Out de 2020

_____, Rosana; DE OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes. **Adaptação Curricular. Seminário Educação Inclusiva no Brasil: Diagnóstico Atual e Desafios para o Futuro.** Rio de Janeiro, 2003.

_____, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira.** Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005. Disponível em: <https://pt-static.z-dn.net/files/df5/ac5f60b62303b5061bfba7c01690e129.pdf> Acesso: 12 de Set de 2020.

_____, Rosana; DE LIMA NOGUEIRA, Mario Lucio. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** Comunicações, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/1647/1055> Acesso: 12 de Out de 2020.

MARTINS, João Batista; TOLEDO, Elizabete Humai de. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky.** In: IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE-PUC PR. 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3298_1675.pdf Acesso: 25 de Out de 2020.

SCHIRMER, Carolina R. et al. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física.** Formação Continuada à Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília/DF, 2007.

VYGOTSKY, Lev. O teórico do ensino como processo social. **Rev. Nova Escola: Grandes Pensadores**, v. 19, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos.** Bookman editora, p. 19, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=YIN,+Robert+K.+Estudo+de+Caso:+Planejamento+e+m%C3%A9todos.+Bookman+editora,+2015.&ots=-I5gktwZsv&sig=MzwfPqHUwVcSXVz_PpNaRud5Ens#v=onepage&q=YIN%2C%20Robert%20K.%20Estudo%20de%20Caso%3A%20Planejamento%20e%20m%C3%A9todos.%20Bookman%20editora%2C%202015.&f=false Acesso: 20 de Out de 2020.

7. APÊNDICES

7.1 APÊNDICE A

AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO DE ESTÁGIO

FRM FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO DR. RAIMUNDO MARINHO
FACULDADE RAIMUNDO MARINHO DE PENEDO
12.432.605-0001-30

Ofício Circular n° 05/2020 - Coord. Pedagogia Penedo-AL, 27 de outubro de 2020

A Sua Senhoria a/s Senhor/s
Maria de Fátima Matus dos Santos

Local da pesquisa: Colégio Nossa Senhora de Fátima

Cidade: Penedo Estado: Alagoas

**FACULDADE RAIMUNDO MARINHO
PENEDO
ALAGOAS
DEPENEDO**

Assunto: Autorização para realizar pesquisa de campo através de meios digitais.

Prezada Gestora,

Estamos encaminhando a Vossa Senhoria a estibante, Siviane da Silva Santos do 5º período, do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, semestre 2020.2 para realizar uma **Pesquisa de Campo**, com base na portaria do Ministério da Educação - MEC n° 544 de 16 de junho de 2020, art. 1º e 3º junto a esta Instituição de Ensino, sob a orientação do/a Professora, Esp./Me. Gleide Selma Lima Ferreira

Segue E-mail da coordenação do curso pedagogia.penedo@frm.edu.br e telefones (82) 9-9922-6465/ 9-9974-0026 ou 3551-2694, caso necessite se comunicar.

- O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso e do Regimento Interno da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Assim, a regulamentação orienta os alunos a apresentarem um trabalho, de acordo com a exigência do Projeto Pedagógico do Curso - PPG.
- O objetivo permitir aos alunos, a manifestação do grau de capacitação alcançado no curso [...] o aprofundamento temático, aprimoramento da capacidade de interpretação [...]
- A temática da pesquisa: O processo de desenvolvimento educacional do aluno com paralisia cerebral no Colégio Nossa Senhora de Fátima
- Objetivo da pesquisa: Analisar o processo de desenvolvimento da aprendizagem educacional do aluno com paralisia cerebral
- A pesquisa de Campo é um momento privilegiado que a academia proporciona aos discentes para ampliar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e necessita de parcerias de outras instituições. Neste momento de distanciamento social, Covid-19, cumprindo as determinações legais, as pesquisadoras utilizarão os meios digitais utilizados pela Instituição de Ensino para coletar os dados. Período de coleta: 13 de outubro a 30 de novembro de 2020.

Aproveitamos a oportunidade para externar nosso mais profundo respeito e consideração, ao tempo em que contamos com vossa colaboração.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Prof. Me. Coord. do Curso de Pedagogia

[Assinatura]
Luzilayde Rêgo Pereira
Diretora Acadêmica da FRM/Unidade Penedo

[Assinatura]
Maria de Fátima Matus dos Santos
Diretora

Pesquisa autorizada em _____/2020

Av. José Manoel de Almeida, 4779M, Taboão, 2.º andar
CEP: 57500-000 Penedo-AL, AL
Fone: (82) 9922-6465 / 9974-0026
E-mail: (82) 9922-6465 / 9974-0026

FRM

7.2 APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES REGENTES

ALUNA: VIVIANE DA SILVA SANTOS

CURSO DE PEDAGOGIA – 8º PERÍODO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

PROFESSORA DA DISCIPLINA: MARIA LÚCIA PEREIRA SILVA LIMA

PROFESSORA ORIENTADORA: GLEIDE SELMA LIMA FERREIRA

QUESTIONÁRIO DE ESTUDO DE CASO

ENTREVISTADO(A): _____

LOCAL DE TRABALHO: _____

1º- Você possui especialização? Em qual área?

R- _____

2º- Você se sente preparado para atender de forma significativa um aluno com deficiência?

() Sim

() Não

() Talvez

Justifique sua resposta: _____

3º- Na sua concepção, a prática pedagógica do professor pode intervir no desenvolvimento do aluno com deficiência?

() Sim

() Não

() Talvez

Justifique sua resposta: _____

4º- O espaço físico do colégio é adequado para acolher um aluno deficiente?

() Sim

() Não

5º- O material didático pedagógico do colégio é suficiente para atender às necessidades do aluno com deficiência?

() Sim

() Não

() Mais ou menos

6º- Você utiliza recursos didáticos pedagógicos como suporte em suas aulas para melhor atender o aluno com deficiência?

() Sim. Quais? _____

() Não

() De vez em quando

Justifique sua resposta _____

7º- No cotidiano da sala, percebe-se comportamento de rejeição por parte dos colegas com o aluno deficiente?

() Sim

() Não

() De vez em quando

8º- Existe interação dos alunos da turma com o aluno deficiente?

- () Sim
- () Não
- () De vez em quando

9º- Quais as estratégias utilizadas em sala para a participação efetiva de todos, principalmente do aluno deficiente?

R- _____

10º- Quais as dificuldades apresentadas pelo o aluno deficiente diante das atividades que são direcionadas para a turma?

R- _____

11º- O que é realizado para sanar as dificuldades apresentadas pelo o aluno?

R- _____

12º- Qual a importância do professor auxiliar numa sala de aula?

R - _____

13º- Ao realizar a construção do planejamento educacional (plano de aula, plano semanal, plano bimestral, semestral ou anual) de acordo com a organização solicitada pela coordenação pedagógica da instituição, a elaboração é pensada e organizada com adaptações para atender adequadamente o aluno com deficiência?

() Sim

() Não

() De vez em quando

Justifique sua resposta:

7.3 APÊNDICE C
QUESTIONÁRIO COM PROFESSOR AUXILIAR

ALUNA: VIVIANE DA SILVA SANTOS

CURSO DE PEDAGOGIA – 8º PERÍODO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

PROFESSORA DA DISCIPLINA: MARIA LÚCIA PEREIRA SILVA LIMA

PROFESSORA ORIENTADORA: GLEIDE SELMA LIMA FERREIRA

QUESTIONÁRIO DE ESTUDO DE CASO

ENTREVISTADO(A): _____

LOCAL DE TRABALHO: _____

1º- Qual a sua formação?

R- _____

2º- Como é realizado o trabalho em sala de aula com o aluno deficiente?

R- _____

3º- Você tem o apoio dos professores regentes para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência?

() Sim

() Não

Justifique sua resposta: _____

4º- Você compartilha seus conhecimentos da área da inclusão com os professores regentes?

() Sim

() Não

Justifique sua resposta _____

5º- Você participa das reuniões pedagógicas e realiza orientações para melhorar a metodologia utilizada com o aluno deficiente pelos professores regentes?

() Sim

() Não

Justifique sua resposta _____

6º- Você contribui para a construção do plano de aula dos professores regentes?

() Sim

() Não

Justifique sua resposta _____

7º- Qual o papel do professor auxiliar mediante às políticas públicas no ambiente escolar?

R- _____

8º- Como você organiza o plano do atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência?

R- _____

9º- Você utiliza materiais didático pedagógico para complementar as atividades realizadas em sala de aula?

() Sim Quais? _____

() Não

Justifique sua resposta _____

10º- Existe alguma dificuldade para colocar em prática as suas estratégias em sala de aula?

() Sim

() Não

Justifique sua resposta _____

